

Com ministro, repúdio à emancipação

Do Sucursal e
Serviço Local

Os antropólogos reafirmaram ontem, em Brasília, sua não aceitação do projeto de emancipação das comunidades indígenas elaborado pelo Ministério do Interior, e deverão entregar hoje ao ministro Rangel Reis um minucioso relatório sobre a questão, no qual defendem, entre outras coisas, a necessidade de se prover a Fundação Nacional do Índio de recursos e mecanismos mais amplos e adequados para a implementação da política indigenista.

Um projeto que não considerou os índios

EDUARDO M. SUPLICY

Embora não tenham sido chamados pelo Governo Federal, um grupo de eminentes antropólogos brasileiros resolveu ir a Brasília para expor o seu ponto de vista a respeito do projeto de emancipação dos índios que está sendo elaborado de forma secreta. Os principais indigenistas, antropólogos, brasileiros em geral não foram consultados previamente sobre a conveniência de emancipação e quanto mais sobre o projeto em si.

Um exemplo a mais da falta de democracia e participação dos interessados nas decisões que lhes dizem respeito.

Por que a emancipação dos índios, na opinião dos antropólogos, equivale a um genocídio? Não seria a emancipação, como se poderia pensar à primeira vista, um avanço nos direitos dos índios, equiparando-os aos

Esta foi a conclusão da reunião convocada pela Funai para avaliar o projeto ministerial. Os antropólogos decidiram também, na ocasião, manifestar seu apoio unânime ao presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, e ao órgão que dirige.

Os antropólogos consideraram inoportuna a atual discussão sobre a emancipação indígena e defenderam que a questão prioritária hoje é a de garantir a posse e o usufruto das terras aos índios. Além disso, consideram que o governo deve assegurar às comunidades in-

dígenas, as condições necessárias para que elas preservem sua identidade cultural.

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, declarando respeitar a opinião dos antropólogos, lembrou que a Funai não possui atualmente condições para lidar com comunidades indígenas emancipadas.

CÂMARA CONDENA

A Câmara Municipal de São Paulo condenou ontem, por unanimidade, através de aprovação de moção de autoria do vereador Flávio Bierrenbach, o projeto de emancipação do índio brasileiro proposto pelo Ministério do Interior. Em sua moção, o vereador dá "total e irrestrito apoio aos antropólogos contrários ao projeto que pretende regulamentar a emancipação de grupos indígenas" mas ressalta, também, que "é necessário o apoio da classe política, dos professores e de todas as pessoas de bom senso que se preocupa com esse problema dos índios em nosso país".

Antropólogos paraenses, pertencentes à secção do Pará da Associação Brasileira de Antropologia em Belém, manifestaram-se também ontem contrários a minuta do decreto-lei elaborado pelo Ministério do Interior, com vistas à regulamentação da emancipação do índio.

Argumentam os antropólogos que o documento só virá prejudicar o índio, que uma vez emancipado, na forma como se pleiteia, não mais receberá apoio governamental à sua sobrevivência.

"O termo emancipação, proposto pelo documento do Ministério do Interior" — esclarece a antropóloga Anaiza Vegolino, presidente da ABA — "é bastante ambíguo, pois, se de um lado está devolvendo ao índio a sua inteira liberdade perante a sociedade, ele estará entregue à sua própria sorte, o que lhe retira os elementos para a sua estabilidade física, moral e, principalmente, econômica, já que não possuirá mais a sua própria terra".

A antropóloga cita o exemplo dos índios do grupo Anambé, da região do rio Cariri, no município de Moju, onde, já libertos, os índios "não participam nem como mão-de-obra para o corte de madeira, principal pólo econômico da região, se constituindo em uma verdadeira calamidade pública".

Para o sociólogo Roberto Cruz, presidente da Associação Regional dos Sociólogos, "este não é o momento de regulamentar a emancipação, mas o de se pensar na responsabilidade da tutela, já que uma emancipação depende de uma tutela bem sucedida".

cidadãos comuns? Para os que estudaram em profundidade o problema, e que conviveram com os índios, emancipar agora significaria a tomada de posição por parte do Governo de uma total omissão no que diz respeito à proteção aos índios e o abandono de uma legislação especial de que necessitam.

A idéia de proteção tal como existe na legislação brasileira surgiu com o marechal Rondon quando incumbido pelo Governo de construir as linhas telegráficas no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Resflete, portanto, uma visão humanitária que era corrente entre os militares brasileiros. Significava proteger os índios da violência da penetração capitalista que os exterminava fisicamente ou os submetia a formas de trabalho semi-escravo, garantindo-lhes a sobrevivência no próprio território de acordo com seus valores e cultura, até que tivessem suficiente informação sobre a sociedade brasileira, preparo e instrução para nela se integrarem e mesmo aspirarem a isso.

A legislação do Serviço de Proteção aos Índios, criada graças a Rondon, foi das mais avançadas do mundo e citada sempre como um exemplo de tratamento digno e humanitário às minorias. Apesar de todos os defeitos, falta de recursos, desmandos burocráticos havidos no SPI, muitas populações indígenas foram salvas graças à sua existência. Nele trabalharam homens da estatura de Darcy Ribeiro, Noel Nutels, Gama Malcher e muitos outros.

Quais seriam as condições econômicas para que os índios pudessem prescindir de uma legislação especial? Na opinião de estudiosos como Carmem Junqueira e Betty Mindlin Lafer, suas terras teriam que estar demarcadas: teriam que ter assegurada sua defesa contra os invasores mais poderosos como companhias de mineração, agropecuárias etc. e mesmo de posseiros e trabalhadores rurais que acabam se introduzindo nas reservas indígenas por não terem onde trabalhar a terra, em virtude da concentrada estrutura fundiária brasileira. O problema desses